

# Cidades e aldeias na Galiza romana: uma proposta de classificação hierárquica do habitat galaico-romano

Fermín Pérez Losada\*

## Resumo

Este trabalho, tal como reza o título, tem como objectivo propor uma nova classificação hierárquica do habitat galaico-romano. Partindo do esquema bipolar típico do habitat romano (cidades + *villae*) como modelo de referência utópico, sugerimos uma tripla hierarquização das cidades do Noroeste –grandes capitais administrativas (Braga, Lugo, Astorga), capitais regionais (Chaves, por exemplo) e capitais de *civitates*–, focando especialmente a grande heterodoxia e multiformidade destas últimas –desde capitais claramente urbanas (por exemplo *Tongobriga*) até outros pequenos núcleos não urbanos– em muitos casos dificilmente diferenciáveis do que formalmente são “aglomerados secundários”, romanos (*vici*) ou indígenas (*oppida*, *castella*). No terceiro nível de habitat, para além do conhecido povoamento disperso individual –*villae*, granjas e casais– insistimos especialmente no problema da existência/inexistência de aldeias, sugerindo algumas reflexões sobre a sua hipotética origem e formação.

## Abstract

*This paper intends, as his title suggests, to propose a new hierarchical classification of the callaican-roman settlements. Taking as a starting point the standard bipolar roman settlements scheme (cities plus villae) as an utopian reference model, one suggests a treble hierarchical model of the northwestern cities: the large administrative capitals (such as Bracara, Lucus and Asturica), the regional capitals (as Aquae Flaviae) and capitals of civitates –pointing out*

\* Faculdade de Humanidades de Ourense - Universidade de Vigo

particularly the heterodoxy and multi-variation of these last – which range from clearly urban capitals (the case of Tongobriga) to other non-urban settlements. These non-urban settlements are, in many cases, no different from what are formally called "agglomérations secondaires", both roman (vici) or indigenous ones (oppida, castella). On the third level of habitat, further than the well known scattered familial settlements (villae and farmsteads), one points out the possible existence or not of villages, thus suggesting some thoughts on their hypothetical origin and formation.



É bem sabido que no mundo clássico antigo a principal forma de ocupação do espaço é a cidade, entendida esta como a melhor maneira (praticamente a única) de “civilizar” um território determinado, ou seja, integrá-lo e organizá-lo “à romana” em todos os seus aspectos e níveis (político, social, económico e ideológico). Todo o Império Romano no fundo não é mais que uma superestrutura formada por uma imensa malha de cidades-estado de diversas categorias e condições; a cidade, portanto, constitui o modelo ideal que estrutura toda a paisagem da civilização romana.

Não obstante, a cidade em si, sem deixar de ser a medula e ao mesmo tempo o cume da sociedade romana, não é uma realidade isolada que dependa exclusivamente de si mesma: precisa do campo para subsistir e se desenvolver. A nível ideológico, portanto, o conceito latino de *civitas* resulta bastante mais amplo e complexo que o de mero núcleo urbano, abrangendo também o espaço rural envolvente que lhe serve de sustento económico e social: *civitas* = *urbs* (leia-se também *oppidum*, *colonia*, *municipium* ou similar) + *territorium*. Neste sentido são tão “cidadãos” (indivíduos que formam parte duma *civitas*) os que habitam o núcleo urbano como os rurais, sendo o modelo utópico ideal o de cidadão-camponês, ou seja aquele que participa tanto da vida pública do centro urbano como da produção agro-pecuária desenvolvida na área rural adjacente. O resultado da equação é o que habitualmente se qualifica como “bloque histórico”, reflectindo a íntima relação existente entre os dois elementos e a sua total interacção, o qual não quer dizer que seja igualitária: a cidade actua como principal elemento organizador e estruturador do campo e não o contrário.

Traduzindo o “bloque histórico” a nível de habitat, em pura teoria não existiria no mundo romano mais que um esquema dúplice e bipolar de povoamento: cidades (núcleos urbanos de habitat concentrado) e casas de campo (estabelecimentos rurais dispersos e individuais). Estas últimas, genericamente denominadas *villae*, conformam, como é sabido, o tecido celular básico de todo o habitat rural romano.

Expomos sumariamente este esquema ideológico do habitat romano (veja-se mais desenvolvido e com bibliografia em Pérez Losada, 1996a): em jeito de introdução ao tema que realmente nos ocupa, ou seja a identificação, categorização e hierarquização dos diversos tipos e formas de povoamento romano

existentes no âmbito geográfico da *Gallaecia*, nomeadamente o território administrativo da Galiza actual. Obviamente, a realidade arqueológica e histórica desta área marginal, como de qualquer outra província periférica do Império, supera e complica claramente o modelo teórico exposto, mas mesmo assim é recomendável tomá-lo como ponto de partida e utopia final de referência que seguramente não estaria muito longe da realidade se o país tivesse uma geografia homogénea, uma repartição igualitária dos recursos humanos e económicos e carecesse de ocupação prévia, especialmente relevante no Noroeste.

Esta questão da classificação hierárquica do habitat galaico-romano não é inédita, tendo sido abordada por nós mesmos (Pérez Losada, 1996b) e outros autores portugueses em vários trabalhos recentes (em destaque: Alarcão, 1996; a nível mais geral: Alarcão, 1988, p. 63-85; a nível regional: Soeiro, 1984, p. 23-31; Almeida, 1990, p. 257-294; Martins 1990, p. 186-235; Dias, 1997, p. 283-345; ainda inéditos: Lemos, 1993; Amaral, 1993). A nossa proposta partia então duma classificação bipartida em habitats agrupados/conjuntos e habitats familiares/individuais; os primeiros seriam constituídos por cidades propriamente ditas e povoados ou aglomerados populacionais secundários, subdividindo-se estes últimos em núcleos fortificados de tradição indígena (*oppida*, *castella*) e sítios abertos de génese romana (genericamente denominados *vici*); os segundos são na sua grande maioria casas de campo dispersas pelo território rural – classificáveis em *villae*, granjas e casais segundo o seu nível de riqueza e especialização produtiva – às quais se poderiam juntar alguns outros pequenos e isolados estabelecimentos de índole viária (*mansiones/mutationes*, termas), religiosa (santuários) e produtiva (fornos cerâmicos, fábricas de salga). Jorge de Alarcão propõe uma classificação hierárquica em nada contraditória com a nossa, distinguindo aglomerados urbanos principais (cidades capitais de *civitates*), aglomerados urbanos secundários (*vici* e *castella* maiores) e aglomerados terciários (*castella* menores e aldeias) entre os habitats agrupados e, no âmbito rural disperso, uma idêntica categorização tripartida das casas de campo (*villae*, quintas e casais) bem como algumas *mansiones* e *mutiones* viárias isoladas.

Ambas as classificações são, portanto, maioritariamente coincidentes e, em todo caso, claramente complementares, sendo as diferenças existentes apenas a nível de detalhe, sobretudo na hora de definir as fronteiras entre os diversos tipos de habitats agrupados (urbanos/não urbanos, primários/secundários). Talvez a nossa proposta padeça de uma excessiva amplitude e genérica “ruralização” do grupo dos “aglomerados secundários romanos”, misturando no mesmo saco desde os núcleos urbanos mais relevantes, que seguramente foram capitais de *civitas*, até aos pequenos enclaves viários, assim como a proposta de J. de Alarcão talvez peque pelo contrário, tendendo a considerar como indefectivamente “urbanos” todos os “aglomerados secundários”, mas ainda assim consideramos que, no conjunto, continuam a ser perfeitamente válidas e aplicáveis. Os avanços que a investigação produziu nos últimos anos talvez permitam agora melhorar e matizar o esquema, e isto é o que tentaremos nesta contribuição, centrando-nos precisamente naqueles pontos que se nos afiguram mais frouxos e complexos.

Obviamente, o primeiro nível hierárquico do habitat é constituído pelos núcleos urbanos ou cidades, entendidas estas como aglomerados agrupados de considerável tamanho definidas tanto pelo seu aspecto material – especialmente edificações públicas (lúdicas, civis ou religiosas), delimitação e organização

regular do espaço (perímetros fortificados, traçado hipodâmico de ruas) e elementos de infra-estrutura urbana (canalizações de águas limpas e saneamento de resíduos) – como pela sua função de capitalidade desempenhada num triplo nível: político-administrativo, sócio-económico e ideológico-religioso. Por norma, esta configuração urbana física e funcional deveria ser sempre acompanhada da sanção jurídica correspondente (*colonia*, *municipium* ou similar) que lhe outorgasse o título e categoria oficial de cidade, ainda que nem sempre assim fosse: o Noroeste é um bom exemplo de como a municipalização não implica necessariamente urbanização, assim como tampouco a urbanização obrigatoriamente necessita da promoção jurídica para existir e se desenvolver (Abascal e Espinosa, 1989, p. 80; Fernández Ochoa, 1993, p. 236). Em comparação com a área mediterrânea e mesmo com outras regiões atlânticas do Império, aparentemente o peso e relevância atingidas pelas cidades existentes na *Gallaecia* não é excessivamente notório, nem em quantidade nem em qualidade. Esta afirmação, que nós mesmos defendemos até há pouco, continua, em boa parte, a ser certa, mas talvez deva ser um tanto matizada: poucas são, com efeito, as cidades principais próximas do modelo urbano “clássico”, mas não tanto os núcleos urbanos mais pequenos e heterodoxos que a arqueologia tem descoberto e investigado intensamente nos últimos anos e dos quais mais adiante falaremos. Ainda assim, de momento não chegam para cobrir a totalidade do território, deixando amplas áreas despidas de qualquer estrutura urbana, se bem que apresentem abundantes indícios de romanização: aqui obviamente será o próprio campo quem, partindo de pressupostos próprios (quantidade e qualidade das comunicações, nível de aculturação e organização das comunidades indígenas, potencialidades produtivas, etc.), organize e estrutura a sua própria romanização, feita do campo e para o campo. A diferença do que ocorre no modelo teórico ideal, a cidade na *Gallaecia* não é, portanto, o único modelo possível para “civilizar” um território.

Propomos, assim, três níveis hierárquicos para a classificação das cidades do Noroeste: grandes capitais administrativas, capitais regionais e capitais de *civitates*.

As grandes capitais administrativas são obviamente os três conhecidos núcleos que encabeçam os respectivos conventos jurídicos nos que se subdivide o território provincial: *Bracara Augusta* (Braga), *Lucus Augusti* (Lugo) e *Asturica Augusta* (Astorga). As três são de origem antiga (época de Augusto anterior à mudança de Era) e fundação *ex novo* (nas duas últimas provavelmente sobre acampamentos militares precedentes, mas sempre em lugares carentes de ocupação indígena prévia), atingindo um tamanho considerável (áreas intramuros respectivas de 43, 37 e 22 hectares) e ostentando importantes restos do seu urbanismo material (muralha, cloacas, ruas, termas, *forum*, templos, *domus* e *insulae*, etc.) que permitem considerá-las como cidades “clássicas” perfeitamente comparáveis a qualquer outra urbe romana periférica (Fernández Ochoa, 1993, p. 227-235; Rodríguez Colmenero, A. *et alii*, 1995; Martins e Delgado, 1989-90; García Marcos e Vidal Encinas, 1995). Também não há dúvidas quanto à sua promoção jurídica à categoria de *municipia*, se bem que as informações epigráficas (quer a adscrição de cidadãos à tribo *Quirina*, quer o testemunho de magistraturas como *decuriones* ou *duoviri*) sejam um tanto avulsas e indirectas neste sentido (Tranoy, 1981, p. 191-205).

Para a autoridade romana provavelmente bastou esta reduzida rede de três cidades para garantir uma administração suficientemente eficaz da província,

uma mínima coesão política da mesma e o necessário controle estatal da exploração das suas riquezas exportáveis (sobretudo o ouro). Talvez, por isto, se destaque tanto a sua função político-administrativa sobre a sócio-económica e ideológica-religiosa (Le Roux e Tranoy, 1983-84), facto que se percebe muito bem na clara diferença existente entre os seus respectivos territórios de índole política e económica: o primeiro é extremamente amplo (equiparável a todo o *conventus*), abrangendo muitas outras *civitates* com as respectivas capitais (urbanas ou não), em principio autónomas e independentes, sobre as que exerceria um domínio indirecto de chefatura política e controle administrativo; o segundo, por outro lado, é muito mais restrito, reduzido ao território da própria *civitas* (Lugo dos *copori*, Braga dos *bracari* e Astorga dos *amacri*) das que são capitais directas a todos os níveis, especialmente social e económico. Nestes territórios limitados é onde se observa mais claramente o papel director e estruturador da cidade sobre o campo, sendo o seu melhor exemplo a constatação da existência de centurição na área envolvente de *Bracara Augusta* (Martins, 1995, p. 107).

Por “capitais regionais” entendemos aquelas cidades que, além da sua condição de capital de *civitas*, acumulam uma posição sobranceira de domínio indirecto sobre outras *civitates* menores do seu âmbito territorial regional. Resulta difícil caracterizar a identidade deste “domínio”, possivelmente uma certa chefatura político-administrativa (oficiosa ou oficial) à qual seguramente haverá que juntar outros factores económicos (essencialmente comerciais) derivados duma específica localização geo-estratégica na rede de comunicações terrestres e marítimas. Logicamente, elas estão distribuídas com suficiente afastamento das grandes capitais augústeas, seja na área marítima periférica ou nas regiões intermédias interiores.

O melhor exemplo que ilustra o modelo é *Aquae Flaviae* (Chaves), *municipium* de fundação flávia bem testemunhado epigraficamente e de urbanismo físico ainda pouco conhecido mas suficiente para afirmar a sua configuração material claramente urbana (Rodríguez Colmenero, 1977, p. 80-91; Rodríguez Colmenero e Alcorta Irastorza, 1998; Silva e Centeno, no prelo). Chaves é a capital do *populus/civitas* dos *turodi* (agora renomeado como *aquiflaviensis*), mas assume também, cumulativamente, uma clara função como “capital regional” das *civitates* vizinhas, tal como se deduz da sua excelente posição estratégica como nó de comunicações e, sobretudo, da interpretação do chamado “Padrão dos Povos” proposta por Rodríguez Colmenero (AFFE 587). Este monumento epigráfico está dedicado por um conjunto de dez *civitates* de território contíguo (começando pela dos *aquiflavienses*) em honra dos imperadores Vespasiano e Tito e outras autoridades provinciais, civis e militares, omitindo-se o motivo da dedicatória que, seguramente, seria um benefício comum recebido por todas elas, provavelmente a concessão do *ius latii*. O facto de tal comemoração se realizar apenas em *Aquae Flaviae*, a primeira, e possivelmente a única, que de facto é convertida em *municipium*, indica claramente a sua proeminência sobre as demais. Chaves, portanto, foi seleccionada como núcleo irradiador de romanização duma vasta região (o quadrante nororiental do convento bracarense, ou seja, boa parte da actual província de Ourense e toda a região portuguesa de Trás-os-Montes), assumindo assim um claro papel de “capital regional”.

Qualificar com este mesmo adjectivo outros núcleos urbanos do Noroeste é algo mais difícil e complexo, por nos aventurarmos no movediço campo das hipóteses. Sem dúvida algumas das capitais de *civitates* mais importantes e desenvolvidas atingiram esta posição hierárquica, sendo, no entanto, bastante difícil demonstrá-lo com os escassos argumentos geográficos, arqueológicos e epigráficos actualmente disponíveis.

Sugerimos que *Gigia* (Xixón), estação arqueológica intensamente escavada e investigada na última década (Fernández Ochoa, 1995; Fernández, García e Gil, 1996; Fernández Ochoa, 1998), poderia ser uma delas, concretamente de toda a área dos *Astures Transmontani*. Argumentos tais como o considerável afastamento de Astorga, a excelente definição do seu amplo território geográfico (entre o mar e a cordilheira cantábrica), a posição central e estratégica que ocupa dentro do mesmo (porto marítimo e ponto de confluência final de vias terrestres), a sua clara configuração urbana a nível material (muralhas, termas públicas) e o escasso número e importância das presumíveis capitais de *civitates* próximas (*Flavionavia*, *Lucus Asturum*) parecem apontar neste sentido.

A área costeira ocidental galaica, intensamente romanizada desde bem cedo e suficientemente afastada de Lugo e Braga, também contou certamente com uma, ou várias, "capitais regionais". Poderiam integrar-se nesta categoria os sítios de *Brigantium* (A Corunha), *Iria Flavia* (Iria) e *Tude* (Tui), sem dúvida as três capitais de *civitas* mais importantes e desenvolvidas da região; todas são destacados núcleos viários e comerciais, apresentam apreciáveis dimensões e têm uma configuração urbana minimamente comprovada (*vid. infra*), além de ocuparem uma ótima posição estratégica (quer na costa, quer na transição costa-interior) que as habilita como possíveis capitais regionais das áreas Noroeste (Rías Altas) e Ocidental (Rías Baixas do norte e do sul). Tui e Iria constituem, em nossa opinião, os exemplos mais claros: para já, os seus territórios próprios são muito consideráveis mas, além disso, tudo indica que a sua área de influência ultrapassa este âmbito, abrangendo outras *civitates* vizinhas menores, sejam "urbanas" ou "rurais" (p.e. a dos *Praestamarici/Supertamarici* e mesmo a dos *Cileni* em relação a Iria; a dos *Helleni* no que diz respeito a Tui). Temos algumas reservas, no entanto, em atribuir um papel similar a Corunha, cidade que obedece mais a interesses exógenos de Estado que a motivações endógenas locais ou regionais; é possível, porém, que fosse "capital regional", talvez em concorrência com a vizinha Iria.

Se o esquema que acabámos de propor fosse correcto, a geografia política urbana da *Gallaecia* apresentaria uma certa lógica distributiva e hierárquica interna: três grandes capitais administrativas a nível conventual e sete ou oito capitais a nível regional (as três anteriores mais Chaves, Xixón, Tui e Iria/Cotunha). A quase totalidade do território provincial fica assim convenientemente coberto em duas escalas diferentes do nível político.

As capitais de *civitates* são a terceira categoria hierárquica urbana. Regra geral são pequenos ou médios núcleos urbanos que assumem funções de lugar central duma *civitas*, ou seja um território específico e determinado que se organiza e estrutura à maneira romana tomando como base os antigos vínculos étnicos e geográficos indígenas (o *populus*) que agora são recondicionados e substituídos por outros de índole política, económica e ideológica mais propriamente romana; gozam de *res publica* própria, constituindo, portanto, entidades

politicamente autónomas e independentes. Os seus territórios, de área média ou reduzida, correspondem basicamente aos dos *populi* indígenas (às vezes algo transformados – aumento, redução ou deslocação – por efeito da readaptação ao novo sistema romano), exercendo sobre eles um domínio directo a todos os níveis (político-administrativo, sócio-económico e ideológico-religioso).

O modelo destas capitais urbanas de *civitates* atinge a sua maior representatividade em *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canaveses), na área duriense a Sudeste de Braga, situada sobre o traçado de uma das vias secundárias que ligam Braga ao Douro e a Viseu (Dias, 1997). O ambicioso plano de escavações aqui realizado revelou um importante núcleo urbano aberto (cerca de 30 hectares de área total, dos quais aproximadamente 10 correspondem à área habitacional) dotado de notáveis construções públicas: um monumental conjunto de *forum*-templo-basílica-termas, um teatro adjacente e mais um circo no perímetro exterior da cidade. A inexistência de recintos defensivos e a complexa orografia do lugar determinam uma estrutura urbana específica e singular, com a área pública deslocada lateralmente em relação ao sector que se considerou topograficamente mais próprio à sua implantação, e as áreas habitacionais um tanto dispersas ainda que provavelmente organizadas consoante um esquema ortogonal de ruas. A cidade implantou-se parcialmente sobre um antigo castro indígena, que é totalmente arrasado e substituído pelas novas edificações. A análise arqueológica e epigráfica do lugar associada ao estudo do habitat romano do seu *territorium* (cerca de 700 km<sup>2</sup>) parece não deixar dúvidas sobre a sua condição de capital da *civitas Tongobrigensium*, afigurando-se-nos paradoxal que um tão importante núcleo fosse omissa na maior parte das fontes escritas antigas (somente o citam Ptolomeu – *Tuntobriga* – e o Paroquial Suevo – *Tongobria*).

Níveis de urbanização semelhantes são detectáveis noutras capitais de *civitates* galaico-romanas, infelizmente muito menos escavadas e portanto muito pior conhecidas. Os exemplos galegos mais destacados seriam os de Corunha, Iria e Tui, para as que acima reclamávamos, não sem certas reservas, um estatuto superior de “capitais regionais” sobreposta à da *civitas* própria.

*Tude*, repetidamente citada pelas fontes escritas e epigráficas, foi com certeza a capital do originário *populus* dos *Grovii*, agora provavelmente recondicionado e renomeado simplesmente como *civitas Tudensis* (Pérez Losada e Acuña Piñeiro, 1998). Núcleo urbano de considerável extensão (não inferior a 25 hectares), encaixa-se numa ampla chã próxima à actual Tui, revelando vestígios indirectos de edifícios públicos (colunas monumentais, pedestal de estátua epigrafada) e uma complexa trama urbana pseudo-hipodâmica ainda rastreável na fotografia aérea, a qual ajuda a interpretar como vestígios domésticos urbanos as escassas estruturas exumadas até à data. A capitalidade foi provavelmente para aqui transferida em época flávia a partir do vizinho *castellum Tyde* referido por Plínio, seguramente o castro galaico-romano existente no outeiro ocupado pela actual cidade.

A localização da *civitas* presidida por *Iria Flávia* (Pérez Losada, 2000, p. 129-162), possivelmente a dos *Irienses* (duas inscrições, CIRG I 12 e 13, designam o lugar como *Foro Iriensis*) é bem mais difícil de determinar, integrando provavelmente uma boa parte do vasto território original dos *Copori* que desde Lugo abrangeria todo o vale do Ulla até ao mar. A prospecção do terreno e a análise de fotografia aérea permitem divisar, sob à actual aldeia de

Iria, uma área de ocupação extremamente regular –praticamente um rectângulo de cerca de 20 hectares de extensão– sem dúvida correspondente a um sistema urbano-cartesiano, facto confirmado por uma recente escavação de emergência no decurso da qual se exumaram arruamentos paralelos separados por construções domésticas urbanas. Pouco mais sabemos sobre a configuração urbana deste enclave (edifícios públicos, por exemplo) atravessado pela via XIX que, entre outros aspectos, permite uma conveniente ligação directa com o vizinho sítio de Porto, em Cesures, seguramente o seu porto comercial, tal como no-lo indicam o topónimo, a localização (mesmo na desembocadura do Ulla) e os vestígios arqueológicos encontrados.

*Brigantium* foi provavelmente a capital do *populus Artabrorum* ou *Arrotreborum*, se bem que a *civitas* em questão não esteja muito bem definida nas fontes escritas e, como já dissemos, a sua cidade capital não o seja tanto a nível político como essencialmente a nível económico. O núcleo, de facto, é de moderado tamanho (à volta de 7 hectares), embora possa apresentar um sistema reticular pseudo-ortogonal de ruas relativamente complexo (Naveiro López, 1988; Bello Diéguez, 1994, p. 15-77). Infelizmente, as diversas escavações urbanas realizadas até à data apenas têm exumado alguns vestígios descontextualizados de edificações domésticas e funcionais, excepção feita à hoje desaparecida construção portuária, bem como ao monumental farol (actual Torre de Hércules), que claramente indicam a sua importantíssima função comercial e de alfandagem.

Em muitos outros sítios (por exemplo *Cale*, Castro de Avelãs, Caldas de Reis ou *Bergidum Flavium*) apenas podemos intuir a sua condição de capitais de *civitates*, desconhecendo, de momento, devido à falta de escavações ou estudos monográficos, dados elementares como a sua extensão e características da sua presumível configuração urbana. Entre eles talvez convenha assinalar o sítio recentemente descoberto na Proba de Valdeorras (Soto Arias, 1993-94; Menéndez Llorente, Soto Arias e Fernández Rodríguez, 1998), em nossa opinião seguramente o antigo *Forum Gigurrorum*, núcleo capital da *civitas* homónima dos Gigurri; a estação arqueológica abrange quase 8 hectares, e na escavação de emergência efectuada apareceu um sistema de ruas hipodâmico, uma elaborada rede de canais e cloacas associada às mesmas, assim como vestígios de construções porticadas adjacentes, sendo todos estes elementos bem característicos duma típica configuração urbana.

As *civitates* que se dotam de núcleos urbanos como capital são, portanto, moderadamente abundantes no Noroeste, demonstrando que os níveis de urbanização da província não são tão pobres e limitados como até há pouco se pensava, se bem que, de momento, seja prematuro confirmar o seu número e precisar a sua identidade. Esta constatação não implica, contudo, uma obrigatória generalização para todas as *civitates* galaico-romanas: muitas delas aparentam, com efeito, terem tido por capitais pequenos núcleos de raiz indígena (*oppida*, *castella*) ou romana (povoados secundários) aos quais dificilmente poderemos aplicar o adjectivo de “urbanos”. Desta forma, o modelo “capital de *civitas*” = núcleo urbano não é no Noroeste uma norma de aplicação generalizada.

As razões deste facto estranho e aparentemente contraditório, radicam, a nosso entender, tanto no elevadíssimo número de *civitates* existentes como na imensa variabilidade no nível de adaptação física ao modelo romano. Quanto

ao primeiro, a ninguém deveria surpreender que num território geográfica e orograficamente tão compartimentado e complexo, sejam tantas as unidades políticas indígenas (*populi*) base das posteriores *civitates*: Plínio cita 61 e Ptolomeu 53 às quais haveria que acrescentar outras novas conhecidas exclusivamente por testemunhos epigráficos. Sendo em tão grande número (lembramos, a título de comparação, que nas três Gálias apenas há 60, e em toda a Britânia 18) e num espaço tão limitado, evidentemente será inversamente proporcional ao seu número tanto a sua importância como o tamanho dos respectivos territórios. Urbanizar completamente este mosaico seria tarefa impossível, resultando lógico que então se aplicasse uma estratégia selectiva, fosse endógena ou induzida pelo poder romano: somente algumas, as mais desenvolvidas e melhor posicionadas, terão núcleos urbanos como capital.

Por outro lado, consideramos que o processo de reconversão dos *populi* em *civitates* deve ser considerado mais um ponto de partida que um ponto de chegada: a concessão do *ius latii* por Vespasiano permite, efectivamente, às comunidades indígenas organizarem-se e estruturarem-se de forma romana a nível sócio-político, mas a nova *civitas* não tem necessariamente que reflectir fisicamente, a nível de habitat, o novo modelo. Neste sentido, as soluções adoptadas variam consoante a área geográfica. Em geral, no Norte e Oriente predomina claramente a continuidade do habitat tradicional em *castella*, actuando algum deles –que nem sequer têm que ser particularmente grandes ou destacados– como capitais políticas das *civitates*: as dos *neri*, *arroni*, *adovi*, *cibarci*, *louguei*, etc., onde praticamente não conhecemos nenhum habitat agrupado romano mas sim muitos castros romanos ou romanizados, provavelmente seguiram este modelo. No Sul e Ocidente, o padrão é um pouco mais complexo e variado. A cultura castreja atinge uma maior importância e nível de desenvolvimento, especialmente durante a sua etapa final já sob o domínio romano (*grosso modo* s. I a.C. – I d.C.), gerando grandes *oppida* proto-urbanos (Mte. Mozinho, Briteiros, Sanfins, S. Cibrán das Lás, Sta. Trega, etc.) que seguramente funcionaram como autênticos núcleos centrais dos *populi* da região, se bem que, curiosamente, estes povoados de uma forma geral não tenham sido escolhidos como capitais das subsequentes *civitates* criadas em época flávia, esmorecendo precisamente a partir desse período. As soluções encetadas variam então entre a fundação de núcleos urbanos de nova planta (como os que acima assinalámos) e a continuidade como capitais de alguns *castella* (por exemplo Castromao, hipotética capital da *civitas* dos *Coelerni*), existindo, contudo, outras possibilidades intermédias, das quais falaremos a seguir.

O segundo grau hierárquico a nível de habitat está constituído pelos núcleos ou aglomerados secundários, sejam estes de origem romana (*vici*) ou indígena (*castella* maiores). Os primeiros são povoados abertos implantados sobre os eixos de comunicações terrestres ou marítimo-fluviais que actuam como núcleos centrais a nível local; a sua principal função é portanto a prestação de serviços, especialmente de índole sócio-económica (e, em muito menor escala, também ideológico-religiosa) à população galaico-romana local dispersa, carecendo em princípio da típica funcionalidade político-administrativa que caracteriza os núcleos urbanos. Ao nível da sua configuração material, apresentam geralmente um tamanho reduzido (inferior a 10 hectares) e um traçado urbanístico simples e elementar –por vezes linear do tipo povoado-rua, outras algo mais complexo com cruzamentos pseudo-ortogonais com ruas menores –

sobre o que se distribuem, de forma dispersa, as diversas construções domésticas e os poucos edifícios públicos –termas, balneários, *mansio*, *tabernae* ou praça de mercado– de índole claramente funcional. Desta forma, o seu desenvolvimento aparenta ser de tipo orgânico não previamente programado (ao contrário do que ocorre nas cidades), ao que poderíamos qualificar de proto-urbano.

Infelizmente estes casos são muito mal conhecidos a nível arqueológico e, além disso, a sua correcta identificação depende mais do conhecimento aprofundado do sistema viário e dos habitats da região (sobretudo da identificação da capital de *civitas*) do que da sua estrutura interna. Desta forma, não temos dúvidas em como os lugares de Meinedo ou Várzea do Douro são *vici* pertencentes à *civitas Tongobrigensium*, como também o serão Caldas das Taipas ou Prado em relação a Braga, tal como se deduz do seu enquadramento viário junto aos limites exteriores do território teórico da cidade, e dos suficientemente significativos dados escritos e arqueológicos que deles possuímos (Martins, 1995; Alarcão, 1996; Dias, 1997); já na Galiza, casos semelhantes poderiam ser Pontevedra (a antiga Turoqua) com Caldas de Reis (capital da *civitas Celenensis*) ou bem Santiago (de nome antigo *Asseconia*) com a cidade de Iria (Peña Santos, 1992; Pérez Losada, 2000, p. 470-496).

O problema põe-se quando surgem núcleos deste tipo em áreas onde não sabemos qual possa ter sido a capital de *civitas*, desconhecendo em muitos casos mesmo o nome e identidade da *civitas* em questão. Como podemos, então, interpretá-los? Se fossem *vici* surpreenderia que conseguissem uma melhor posição geo-estratégica e maior desenvolvimento que a ignota capital, ou seja qualquer *oppidum* ou *castellum* da região. Uma outra alternativa é considerar que, não obstante o seu pequeno tamanho e configuração meramente proto-urbana, efectivamente puderam funcionar como capitais de *civitas*, officinas ou oficiais, sobretudo quando o sítio em questão é o único –ou em todo caso o mais destacado– habitat agrupado romano existente numa vasta região. Podemos exemplificar esta sugestiva hipótese com três sítios do Sul de Galiza: Verín, Ourense e Vigo.

O primeiro posiciona-se sobre o traçado da via estatal secundária Chaves-Ourense num ponto de passagem obrigatória –rio Tâmega– onde convergem uma série de caminhos menores da rede comarcal (Pérez Losada e Naveiro López, no prelo). A evidência detectada consiste em diversos vestígios de edificações domésticas e, como edifícios de uso público, várias *tabernae* recentemente exumadas, bem como um balneário que aproveita as vizinhas nascentes minero-medicinais. Estas construções distribuem-se em redor de uma trama urbanística pseudo-ortogonal simples (um cruzamento de ruas principais às quais se ligam apenas duas ou três outras secundárias), atingindo uma dimensão total avaliada em ca. 7/8 hectares. Pelas suas características bem poderia ter sido um *vicus*, talvez dependente de Chaves (a cerca de 22 km. de distância) se bem que é precisamente nesta mesma área da bacia superior do Tâmega que se situa a *civitas* dos *Tamacani*. Será a sua capital Verín, por excelentemente centrada no vale, ou haveria que pensar que este estatuto pertenceu ao vizinho castro de Monterrei, com idêntica posição estratégica e dominante no centro do vale?

Ourense, a antiga *Auriensis* (Fariña Busto, 1994, p. 11-36), também possui uma nítida condição de nó viário (via estatal principal Braga-Lugo e secundária

Chaves-Ourense) fisicamente marcada pela magna ponte sobre o rio Minho, à qual haveria que acrescentar um importante papel em época tardo-romana derivado da sua condição de sede episcopal (Paroquial Suevo). Do ponto de vista arqueológico, o núcleo apresenta uma configuração urbana muito simples (tipo povoado-rua com alguns possíveis cruzamentos menores) centrada sobre as conhecidas nascentes termas das Burgas, onde seguramente existiu algum tipo de edificação balneária de índole higiénico-lúdica e, sobretudo, terapêutico-religiosa; do resto, apenas conhecemos restos de construções domésticas dispersas, algumas delas com um certo grau de riqueza (vestígios de mosaicos), abarcando no total uma área próxima dos 7 hectares. Existem na comarca vários *castella* proeminentes, mas o problema radica sobretudo no facto de não sabermos acerca da possível *civitas* que ocupou esta importante região da bacia média do Minho: porventura uma nova *civitas Auriensis* tal como permitem sugerir alguns epígrafes controversos. Se assim for, tudo parece indicar que Ourense tenha sido a sua capital.

O núcleo habitacional existente na actual cidade de Vigo (zona do Areal e Casco Velho) ainda é pouco conhecido não obstante as importantíssimas descobertas de carácter urbano recentemente efectuadas (Carballo Arceo, Luaces Anca e Toscano Novella, 1998; Peña Santos, 1999). Estas sugerem actividades produtivas (salinas e salga de peixe) e comerciais (enormes quantidades de ânfora e cerâmicas finas de importação por via marítima) de grande importância, a juntar a alguns restos isolados de carácter doméstico e habitacional. O sítio localiza-se no sopé do chamado “Castro de Vigo”, um destacado *oppidum* marítimo que, como tantos outros, começa a ser paulatinamente abandonado a partir de finais da primeira centúria. É nesta comarca da banda Sul da ria de Vigo que tradicionalmente se localizam os *Helleni*, uma *civitas* de existência real duvidosa, que talvez não seja mais do que uma antiga criação historiográfica que tentou demonstrar uma mítica colonização grega da região. Contudo, caso tenha efectivamente existido, Vigo teria sido a sua capital, ou seria apenas um destacado e industrioso *vicus* dependente de *Tude*, tal como em princípio parecem indicar tanto o topónimo como o seu marcado carácter produtivo e comercial?

Evidentemente que a resposta não é fácil nem neste nem nos outros casos, e teremos que confiar que novas escavações e estudos possam, sítio a sítio, solucioná-la no futuro. Seja como for, a conclusão que se tira desta hipótese interpretativa é que a categoria de “capital de *civitas*” não tem uma correspondência unívoca e directa com uma forma determinada de habitat agrupado, podendo ser assumida tanto por núcleos urbanos como pelo que formalmente são “núcleos secundários”, sejam estes *oppida/castella* ou pequenos aglomerados romanos abertos. Um mesmo povoado deste tipo poderá ser simples *vicus* numa área romanizada, integrado no território duma *civitas* urbana, e contudo assumir funções de capital noutra de habitat mais marcadamente tradicional onde, apesar do seu pequeno tamanho e ausência de configuração urbana, não deixará de ser o núcleo populacional mais importante e desenvolvido da região.

A análise de outros dois conhecidos sítios arqueológicos da província de Ourense, a *civitas Limicorum* (actual comarca da Limia Alta) e a *civitas Quaerquernorum* (terra da Limia Baixa), talvez possa acrescentar mais alguma luz sobre estas variáveis e complexas relações entre capitais de *civitates* e núcleos secundários. Na primeira (Rodríguez Colmenero, 1977, p. 91-93; García Valde-

ras, no prelo), o achado no Monte do Viso de Nocelo da Pena de duas inscrições honoríficas erigidas pela própria *civitas* a Hadriano e Antonino Pio (IRG IV 9-10) aparenta indicar que aqui se situou a sua capital política, posto que seria estranho, ainda que possível, que epígrafes tão oficiais fossem consagradas fora da mesma. O sítio, um importante castro galaico-romano, ocupa uma posição algo marginal no território limiano, consideravelmente afastado do seu centro geográfico e das vias de comunicação comarcais, precisamente ao contrário do que ocorre com o aglomerado secundário de Xinzo de Limia, a uns 12 km de distância, excelentemente situado sobre a rede viária (via Chaves-Ourense muito próximo do seu cruzamento com a via XVIII) e geo-estrategicamente posicionado no centro do altiplano limiano. As recentes escavações arqueológicas aqui realizadas confirmam com clareza esta condição (Xusto Rodríguez, 1998; Fariña Busto e Xusto Rodríguez, 1996), identificando povoado-rua simples com plano em “espinha de peixe”, bem como outros vestígios pertencentes talvez a algum edifício público ou centro cívico monumental. Por outro lado, Ptolomeu refere o chamado *Forum Limicorum* como o núcleo principal dos límicos. Será este Nocelo da Pena ou Xinzo de Limia? Será, talvez, difícil prová-lo, mas aventamos neste caso concreto uma espécie de modelo dual onde a capitalidade política é retida pelo *castellum* original enquanto que a sócio-económica é ocupada pelo novo povoado romano, muito melhor situado e habilitado para desempenhar este papel. Nocelo da Pena seria assim a reticente e conservadora capital “oficial” apenas *de iure*, em competição com Xinzo que só seria “oficiosa” mas, a muitos outros níveis, provavelmente a capital *de facto*.

Muito semelhante é o caso dos *Querquenni*, concretamente o castro de Rubiás e o povoado romano aberto de *Aquis Querquennis* (Porto Quintela, em Banhos de Bande) com cerca de 5 Km de distância entre si. A lápide honorífica dedicada a Trajano encontrada no primeiro (AFFE 591) poderia indicar a continuidade da capitalidade jurídica oficial no castro, o qual não parece que fosse impedimento para que a capitalidade efectiva e real fosse ocupada pelo segundo, estrategicamente situado no centro do território, núcleo viário (vias XVIII e Braga-Lugo por Ourense) e com característica configuração proto-urbana (Rodríguez Colmenero e Herves Reigoso, 1992; Rodríguez Colmenero, Ferrer Sierra e Herves Reigoso, 1998).

O terceiro e último nível hierárquico do habitat agrupado é constituído essencialmente pelos pequenos *castella* indígenas que se fundam e/ou sobrevivem durante o período romano. De uma forma geral, é bem sabido que o habitat castrejo tradicional inicia um processo progressivo e paulatino de abandono a partir de finais do s. I d.C. de forma inversamente proporcional à criação de novos núcleos agrupados romanos (cidades, aglomerados secundários) e, sobretudo, dos estabelecimentos rurais dispersos e individuais tipicamente romanos, sejam estes *villae*, granjas ou casais; este processo, no entanto, nunca chega a concluir-se de modo absoluto, de forma que, mesmo nas áreas mais intensamente romanizadas, esta forma de habitat indígena sempre constituirá uma alternativa não negligenciável de residência para a população rural. Os que sobrevivem, embora geralmente reduzidos e empobrecidos, aparentam manter ainda uma certa independência económica e social –no território de Braga, por exemplo, os castros romanizados mantêm íntegros os seus territórios teóricos de exploração, ocupando os novos habitats familiares dispersos nas áreas baixas periféricas intermédias (Martins, 1995, p. 84-90)–, constituindo

agora, no nosso entender, simples aldeias agro-pecuárias galaico-romanas de tipo tradicional.

Outra possibilidade de aglomerados terciários são as aldeias abertas, ou seja, os pequenos agrupamentos de casas rurais (desde 3/4 até 15/20, sendo pouco habitual que ultrapassem a dezena), relativamente pobres e mais ou menos igualitários, de clara vocação agro-pecuária. Jorge de Alarcão sugere a sua existência esporádica nalgumas regiões do Noroeste (concretamente o Alto Tâmega e Trás-os-Montes), onde diversos trabalhos de prospecção detectaram vestígios de superfície de sítios demasiado grandes para serem habitats individuais (*villae* ou similar) e demasiado frequentes e afastados das vias de comunicação para serem aglomerados secundários ou *vici* (Alarcão, 1996, p. 170-171). Estes habitats rurais, além do mais, parecem concentrar-se precisamente naquelas áreas restritas onde não existem, ou são poucos, os de índole individual dispersa (*villa*/granja/casal) como se duma alternativa de povoamento se tratasse (o agrupado face ao individual) no momento de ocupar e explorar o campo por parte da população romanizada. A inexistência de escavações nestes lugares não permite por agora verificar esta sugestiva hipótese, sendo assim necessário o recurso a paralelos noutras províncias do Império, mais extensivamente estudadas, para clarificar a identidade destas presumíveis aldeias galaico-romanas.

Na *Britannia*, por exemplo, as aldeias integram-se no grupo dos chamados “*non villa settlements*” (Hingley, 1989, p. 75-86), ou seja aqueles povoados rurais que não possuem mais do que um grau superficial de romanização. Estes, originados a partir de um habitat rural proto-histórico disperso bem conhecido (as *celtic farms* distribuídas pelos territórios dos *hillforts* indígenas), normalmente são individuais – *single farms* – mas em determinadas zonas (precisamente aquelas que carecem de *villae* e centros locais, como as Fenland, por exemplo) apresentam um nítido processo de concentração durante a época romana, gerando numerosas *hamlets* (agrupamentos de duas a seis *farms*) e *small villages* (sete ou mais *farms*) que chegam mesmo a superar em número as *single farms*. Parece não ocorrer o mesmo nas *villae regions* (ou seja, onde existem *villae* e lugares centrais locais), onde também há numerosos estabelecimentos indígenas rurais mas quase sempre individuais e só em alguns casos agrupados, sendo nas duas situações interpretados como sub-unidades dependentes integradas nos *villa estates*. Em consequência, as aldeias representam um sistema económico rural fechado, subdesenvolvido e de pura subsistência, em tudo diferente do que implica o binómio *villae* + aglomerados secundários, obviamente muito mais aberto, dinâmico e complexo. Aldeias e aglomerados secundários não constituem vários graus de uma mesma escala mas sim formas económicas radicalmente distintas e, de alguma maneira, também excluintes e contraditórias.

Consideramos, por agora, que não seria apropriado generalizar para o conjunto do Noroeste a presença destas hipotéticas aldeias abertas, especialmente naquelas zonas que apresentam aglomerados secundários (como os que mais acima referimos) em combinação com um habitat rural disperso nitidamente romano e individual (*villae*, granjas e casais); também acontece a perduração de apenas alguns *castella* que, como antes dissemos, talvez sejam a forma mais comum, senão a única, de “aldeia agro-pecuária” galaico-romana.

Não obstante, insistindo neste debate de habitat rural individual *versus* agrupado, talvez nem todos os primeiros tenham necessariamente que ser estritamente individuais, ou seja fisicamente isolados e independentes, possuídos e explorados por uma única unidade familiar. Esta possibilidade verifica-se no modelo britanoromano, onde não são raros os grupos vizinhos de vários *non villa settlements* individuais, a associação duma *villa* com um, ou mais, *non villa settlement* de localização adjacente, ou mesmo a existência de *villae compounds* integrados por duas casas relativamente igualitárias, geralmente interpretados como pertencentes a uma família troncal internamente compartimentada em várias nucleares (agrupamentos de *non villa settlements*, *villae compounds* de casa dúplice) ou bem uma família proprietária dominante sobre outras de índole trabalhadora dependente (*non villa settlements* associados a uma *villa* que os tutela) (Hingley, 1989, p. 55-74, 95-110, 149-156). Algo semelhante poderá ter ocorrido também no Noroeste Peninsular, a julgar pela análise de dois sítios extensivamente escavados como Boelhe, em Penafiel, e Santomé, em Ourense.

O primeiro (Soeiro, 1984, p. 53-54; posteriores escavações extensas do sítio ainda não foram publicadas) consta de duas pequenas edificações rurais independentes, mas muito próximas entre si (cerca de 150/200 m.) que, pelo seu tamanho e características, poderiam ser perfeitamente enquadradas na categoria de casais. Evidentemente que o sítio não chega a ser uma aldeia, mas é diagnóstico da existência duma nítida concentração de casais numa área restrita e bem definida. Serão estas casas ainda individuais, possuídas por unidades familiares totalmente independentes, ou haveria que pensar na existência de algum tipo de vínculo comunitário, do tipo famílias nucleares pertencentes a um mesmo grupo familiar extenso?

O caso de Santomé (Rodríguez González, 1989-1991-1995) poderia ser mesmo mais significativo nesta ordem de ideias. As estruturas aqui exumadas aparentam constituir, da mesma forma, duas casas rurais bastante igualitárias, neste caso de implantação adjacente apenas separadas por um reduzido espaço que as individualiza e lhes serve de acesso; o sítio, pelo seu tamanho, características e tipo construtivo entraria na categoria de granja ou quinta. Se efectivamente fossem duas casas, então como interpretar o sítio? Duas casas juntas, e tão tipicamente romanas, não justificam que as consideremos aldeia, mas tão pouco parece lógico considerar que sejam granjas individuais e independentes que ocupam um mesmo lugar. Talvez devamos considerar então que algumas *villae* e granjas galaico-romanas foram de tipo bifamiliar ou mesmo polifamiliar sendo, assim, a hipótese mais verosímil que estes estabelecimentos rurais fossem possuídos por uma família extensa internamente subdividida em duas ou mais famílias nucleares que habitam cada uma na casa individual.

Em resumo, e a jeito de conclusão, temos que o esquema teórico romano bipolar “cidades + *villae*” do qual partimos acusa no Noroeste uma marcada transformação e adaptação às características geográficas e históricas singulares da região. As primeiras vão desde os modelos mais ou menos “clássicos” (capitais administrativas e capitais regionais) até outros muito mais multiformes e heterodoxos bem representados na enorme variabilidade física que atingem as capitais de *civitates*: núcleos urbanos, sítios abertos proto-urbanos e povoados

castrejos tradicionais. No segundo grau hierárquico, verificamos como uma boa parte dos sítios que formalmente são "aglomerados secundários" assumiram, oficial ou oficiosamente, funções de capitalidade política e, sobretudo, económica e social; dito em outras palavras, actuam como cidades sem o serem realmente (melhor seria dizer fisicamente), atingindo em consequência disso um papel primordial na estruturação do habitat romano provincial; sendo assim, é lógico que se conheçam relativamente poucos *vici*, ou seja povoados abertos romanos claramente dependentes. No terceiro e último nível, o rural, a característica dispersão romana em habitats individuais também varia entre *villae* propriamente ditas e outras casas de campo mais limitadas e pobres que qualificamos de granjas e casais. Contudo, nem todas terão sido estritamente individuais, sendo possível que tenham existido algumas de tipo polifamiliar em jeito de grau intermédio entre estas e as aldeias que são, na sua imensa maioria, simplesmente pequenos povoados sobreviventes de tradição indígena (*castellas*).

### Bibliografia

- ABASCAL, J. M. e ESPINOSA, U. (1989) – *La ciudad hispano-romana. Privilegio y poder*. Logronho: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos de La Rioja.
- ALARCÃO, J. (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- ALARCÃO, J. (1996) – Aglomerados urbanos secundários romanos de Entre-Douro-e-Minho. In REBOREDA MORILLO, S. e LÓPEZ BARJA, P., eds. - *A cidade e o mundo: romanización e cambio social*. Xinzo de Limia: Excmo. Concelho. p. 167-179. (Biblioteca Arqueohistórica Limiá. Serie Cursos e Congressos; 4).
- ALMEIDA, C. A. B. de (1990) – *Proto-História e Romanização da bacia inferior do Lima*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais.
- AMARAL, P. (1993) – *O povoamento romano no vale superior do Tâmega. Permanências e mutações na humanização de uma paisagem*. Porto: Faculdade de Letras. Tese de Mestrado.
- BELLO DIÉGUEZ, J. M. (1994) – *La Coruña Romana y Alto Medieval*. A Corunha: Vía Láctea Editorial.
- CARBALLO ARCEO, X.; LUACES ANCA, J. e TOSCANO NOVELLA, C. (1998) – *Catálogo do Património Arqueológico. Arqueoloxía de Vigo e a sua Historia*. Vigo: Excmo. Concello.
- DIAS, L. A. T. (1997) – *Tongobriga*. Lisboa: IPPAR.
- FARIÑA BUSTO, F. (1994) – *Pazos, Torres e Cural do Bispo de Ourense*. Ourense: Museo Arqueológico Provincial. (Anexos de Bol. Auriense; 19).
- FARIÑA BUSTO, F. e XUSTO RODRÍGUEZ, M. (1996) – O ara de Xinzo de Limia e a súa contextualización arqueolóxica. *Boletín Auriense*. Ourense. XXV, p. 61-80.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C. (1993) – La ciudad hispanorromana en los territorios septentrionales de la Península Ibérica. In BENDALA GALÁN, M., dir. - *La Ciudad Hispanorromana*. Barcelona: Ministerio de Cultura/Ambit Serviços Editoriais. p. 224-245.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C. (1995) – Excavaciones arqueológicas en la ciudad de Gijón. In *Astures. Pueblos y culturas en la frontera del Imperio Romano*. Oviedo: Principado de Asturias, Ayto de Gijón, Caja Astúrias. p. 213-225.

- FERNÁNDEZ OCHOA, C. (1998) – La ciudad romana de Gijón: orígenes y dinámica histórica. In RODRÍGUEZ COLMENERO, A., coord. – *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico. Actas del Congreso Internacional*. Lugo: Diputación Provincial. p. 1109-1124.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C.; GARCÍA DÍAZ, P. e GIL SENDINO, F. (1996) – La investigación sobre Gijón y su concejo en época romana: estado de la cuestión. In FERNÁNDEZ OCHOA, C., coord. – *Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad. Época prerromana y romana*. Gijón: Soc. Edit. Electa, Ayto. de Gijón. p. 157-163.
- GARCÍA MARCOS, V. e VIDAL ENCINAS, J. (1995) – Recent archaeological research at Asturica Augusta. *Proceedings of the British Academy*. 86, p. 371-394.
- GARCÍA VALDEIRAS, M. (no prelo) – O denominado *Forum Limicorum* de Nocelo da Pena: castrexos e romanos na Limia Alta. In *Castrexos e Romanos no Noroeste. Coloquio de homenaxe a Carlos Alberto Ferreira de Almeida*. Santiago, 2-4 Outubro 1997.
- HINGLEY, R. (1989) – *Rural settlement in Roman Britain*. Londres: Seaby.
- LEMOIS, F. S. (1993) – *Povoamento romano de Trás-os-Montes oriental*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Doutoramento.
- LE ROUX, P. e TRANOY, A. (1983-84) – Villes et fonctions urbaines dans le Nord-Ouest Hispanique sous domination romaine. *Portugalía*. Porto. Nova Série. IV-V, p. 199-207.
- MARTINS, M. (1990) – *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Braga: Universidade do Minho. (Cadernos de Arqueologia. Monografias; 5).
- MARTINS, M. (1995) – A ocupação romana da região de Braga: balanço e perspectivas de investigação. *Actas do Congresso Histórico 150 anos do nascimento de Alberto Sampaio*. Guimarães. p. 73-114.
- MARTINS, M. e DELGADO, M. (1989-90) – História e Arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. S. II, 6-7, p. 11-39.
- MENÉNDEZ LLORENTE, A., SOTO ARIAS, P. e FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, C. (1998) – Cronología y funcionalidad del núcleo habitacional secundario de A Proba de Valdeorras, Ourense. In RODRÍGUEZ COLMENERO, A., coord. – *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico. Actas del Congreso Internacional*. Lugo: Diputación Provincial. p. 1153-1170.
- NAVEIRO LÓPEZ, J. (1988) – Arqueología urbana en A Coruña y definición del asentamiento romano. In *Semata I. La ciudad y el mundo urbano en la Historia de Galicia*. Santiago: Tórculo Ed. p. 35-62.
- PEÑA SANTOS, A. (1992) – *Turoqua* o los orígenes de Pontevedra. *Revista de Estudos Provinciais*. 8-9, p. 391-401.
- PEÑA SANTOS, A. (1999) – Orígenes de la ciudad. In *Historia de Vigo*. A Coruña: Vía Láctea Editorial.
- PÉREZ LOSADA, F. (1996a) – O campo galaicorromano e os seus contactos os núcleos urbanos: algunhas reflexións sobre a relación cidade-campo na *Gallaecia*. In *III e IV Semanas Galegas de Historia: A Guerra en Galiza / O rural e o urbano na Historia de Galiza*. Santiago: Asociación Galega de Historiadores. p. 249-265.
- PÉREZ LOSADA, F. (1996b) – Hacia una definición de los asentamientos rurales en la *Gallaecia*: poblados (*vici*) y casas de campo (*villae*). In FERNÁNDEZ OCHOA, C. - *Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad. Época prerromana y romana*. Madrid: Sociedad Editorial Electa-Ayuntamiento de Gijón. p. 189-197.
- PÉREZ LOSADA, F. (2000) – *Poboamento e ocupación rural romana no Noroeste Peninsular: os núcleos agrupados secundarios romanos en Galicia*. Santiago: Facultade de Xeografía e Historia. Tese de Doutoramento.

- PÉREZ LOSADA, F. e ACUÑA PIÑEIRO, A. (no prelo) – Tude (Tui, Pontevedra): un núcleo urbano secundario na Galicia romana. In RODRIGUEZ COLMENERO, A., coord. – *Las orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico. Actas del Congreso Internacional*. Lugo: Diputación Provincial. p. 871-890.
- PÉREZ LOSADA, F. e NAVEIRO LÓPEZ, J. (no prelo) – Sobre os novos núcleos secundarios de época romana en Galicia: o caso de Verín, Ourense. In *Castrexos e Romanos no Noroeste. Coloquio de homenaxe a Carlos Alberto Ferreira de Almeida*. Santiago, 2-4 Outubro 1997.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1977) – *Galicia Meridional Romana*. Bilbao: Univ. Deusto.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. e ALCORTA IRASTORZA, E. (1998) – *Aquae Flaviae*, cidade romana: balance e posibilidades. In RODRIGUEZ COLMENERO, A., coord. – *Las orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico. Actas del Congreso Internacional*. Lugo: Diputación Provincial. p. 779-806.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; FERRER SIERRA, S. e HERVES REIGOSO, F. (1998) – O xacemento romano de *Aquis Querquennis*. Asentamento militar e mansión viaria. In RODRIGUEZ COLMENERO, A., coord. – *Las orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico. Actas del Congreso Internacional*. Lugo: Diputación Provincial. p. 891-910.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. e HERVES REIGOSO, F. (1992) – *Aquis Querquennis*. A Coruña: Unión Fenosa.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. [et al.] (1995) – *Lucus Augusti, Urbs Romana. As orixes da cidade de Lugo*. Lugo: Excmo. Concello.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, X. (1989-1991-1995) – Conxunto arqueolóxico de Santomé, Ourense). *Arqueoloxía-Infomes*. I, p. 78-81; II, p. 81-85; e III, p. 57-59.
- SILVA, A. C. F. da e CENTENO, R. (no prelo) – *Aquae Flaviae*: novos dados arqueolóxicos e epigráficos. In *Castrexos e Romanos no Noroeste. Coloquio de homenaxe a Carlos Alberto Ferreira de Almeida*. Santiago, 2-4 Outubro 1997.
- SOEIRO, T. (1984) – Monte Mõzinho. Apontamentos sobre a ocupación entre Sousa e Tâmega em época romana. *Boletim Municipal de Cultura*. Penafiel. 3.ª S., 1, p. 5-323.
- SOTO ARIAS, P. (1993-94) – Estudio de un asentamiento romano ligado a la vía XVIII en el valle de Valdeorras, Orense. *Minus*. II-III, p. 53-81.
- TRANOY, A. (1981) – *La Galice Romaine*. Paris: Bocard.
- XUSTO RODRÍGUEZ, M. (1998) – O núcleo urbano de Xinzo de Limia e as súas orixes romanas. In RODRIGUEZ COLMENERO, A., coord. – *Las orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico. Actas del Congreso Internacional*. Lugo: Diputación Provincial. p. 1291-1304.

#### Abreviaturas (Repertórios epigráficos)

- AFFE RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1997) – *Aquae Flaviae I. Fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior*. Chaves: Cámara Municipal.
- CIRG I PEREIRA MENAUT, G. (1991) – *Corpus de Inscrições Romanas de Galicia I. Provincia de A Coruña*. Santiago: Consello da Cultura Galega.
- IRG IV LORENZO FERNÁNDEZ, J.; D'ORS, A. e BOUZA BREY, F. (1968) – *Inscripciones Romanas de Galicia IV. Provincia de Orense*. Santiago: Instituto Padre Sarmiento de Estudios Galegos.